

Superior Tribunal de Justiça

**RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.441 - RS
(2019/0290913-6)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
REQUERENTE : FABIANO SANTOS DE VARGAS (PRESO)
**ADVOGADOS : FERNANDO DE SOUZA ALVES - RS046053
ANDREI FELIPE VALANDRO - RS088536**
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL**

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a medida de urgência pleiteada em benefício de FABIANO SANTOS DE VARGAS, sob os seguintes fundamentos:

*"Na hipótese, ao menos neste juízo de prelibação, tenho que o r. **decisum** que decretou a prisão preventiva do recorrente está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente pelo fundado receio de reiteração delitiva.*

Nesse sentido, cito o seguinte precedente desta eg. Corte:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO.
TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA.
NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO
DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL
NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. No caso dos autos, apesar da pequena

Superior Tribunal de Justiça

quantidade de entorpecente apreendida - 8 porções de cocaína -, entendendo que a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, pois, conforme consignado no decreto preventivo, ele possui extensa folha de antecedentes, com múltiplas passagens criminais, por delitos diversos.

4. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a periculosidade do paciente indica que a ordem pública não estaria acautelada com a sua soltura.

5. Habeas corpus não conhecido" (HC 425.573/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 02/04/2018).

Dessarte, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **questão**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Ante o exposto, **indeferir o pedido liminar.**

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal" (fls.206-207).

Neste pedido, o recorrente alega que "o paciente **SOMENTE** está preso pela suposta prática dos delitos de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, conforme denúncia ministerial (e-STJ Fls. 76/77)" (fl. 212).

Aduz, ainda, que "o último crime cometido é datado de 04/12/2015, não havendo mais registro criminal posterior. Além disso, na atual ação penal em que figura como réu, trata-se de delitos de baixo teor ofensivo, que não envolve violência, nem mesmo grave ameaça" (fl. 212).

Requer que a decisão seja reconsiderada.

É o relatório.

Decido.

O presente pedido de reconsideração não traz, em seu bojo, qualquer argumento apto a ensejar a alteração do entendimento firmado por ocasião do indeferimento da liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Por tal motivo, **indefiro o presente pedido.**

Abra-se vista dos autos do Ministério Público Federal.

Após, retornem os autos conclusos.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

